IDEOLOGIAS QUE ATRAPALHAM A EMANCIPAÇÃO DA MULHER.

Doutor Jair Piva

**1. IDEOLOGIA DO INSTINTO DE MATERNIDADE DA MULHER.**

No mundo animal a procriação é algo necessário para a manutenção da espécie. Inegável dizer que todas as espécies de animais possuem tal característica biológica como parte de seu instinto. Acrescento aqui que o conceito de instinto é o primeiro movimento que dirige o homem e os animais em seu procedimento, tendência, ou seja, aptidão inata. Não importa a forma de reprodução, todas as fêmeas possuem, por sua natureza biológica, a capacidade reprodutiva de forma instintiva, no entanto, no que tange ao conceito instinto de maternidade no mundo animal, nem sempre ocorre de forma igual para todos. Algumas aves possuem, segundo a biologia um instinto de preservação dos seus filhotes, mas não significa que seja instinto materno na mesma concepção adotada pelos seres humanos. Há exemplos de falta de instinto materno no reino animal como o caso da fêmea Cuco, que são bem espertinhas! Elas põem seus ovos nos ninhos de outras aves que, além de chocarem os ovinhos que não são delas, cuidam dos “cuquinhos”. As focas também são fêmeas que não possuem tal instinto, pois esses animais cuidam de suas crias apenas durante os primeiros doze dias de vida dos pequeninos e depois disso as mães focas, simplesmente, abandonam os filhotes deixando-os supervulneráveis ao ataque de predadores. Outro caso, podemos citar o da mãe hamster. É comum que as fêmeas devorem suas crias, segundo alguns pesquisadores a razão disso seria a necessidade de obter uma dose extra de proteína durante o período de lactação. Além disso, a carnificina também pode estar relacionada com o cheiro que os humanos deixam nos pequeninos quando tocados, o que levaria as mães a ficarem confusas em relação aos bichinhos. Um último exemplo, da falta de instinto materno podemos citar o caso das fêmeas tartarugas-marinhas que põe seus ovos na praia e depois desaparecem, nesse caso, dificilmente o filhote conheceria a sua mãe.

A partir desses exemplos podemos afirmar que o denominado instinto de maternidade não é algo que acontece em todas as fêmeas de espécies da natureza, pode até ocorrer que algumas tenham, mas não é comum em todas. No que diz respeito ao ser humano, se voltarmos na história até os primórdios da humanidade também veremos que este instinto nunca existiu e se usarmos a mitologia bíblica de Adão e Eva, a única ordem que consta é que “cresçam e se multipliquem”, mas não há referência sobre um instinto maternal em Eva.

No período pré-histórico, nem todas as sociedades eram de fato patriarcais como demonstra hoje a Arqueologia. Algumas sociedades eram matriarcais, isso significa que as mulheres não eram dominadas pelos homens. Nesse período, ainda não havia conceito de família ou mesmo de mãe. Quando ainda vivia-se em tribos e não sabia –se como processava-se a reprodução humana, as mulheres eram vista como divinas e a responsabilidade da criação dos filhos era da tribo, portanto, não havia conceito de “meu filho”, mas filho da tribo. Sendo assim, nesse período, as mulheres eram vistas apenas como reprodutoras da tribo e não como mães com responsabilidades maternais como temos hoje. Nesse período, não havia instinto de maternidade, mas, como qualquer outro animal, havia o instinto de procriação.

Segundo Navarro (2007), a concepção de mãe tal como conhecemos hoje, uma mãe cheia de culpa, amorosa, responsável exclusivamente pelo seu filho, somente começou a ser forjada no final do século XVIII com o advento da Revolução Industrial. Nesse período, as fábricas estavam se desenvolvendo e para que as mesmas pudessem se manter era necessário material humano para o trabalho. Nesse período, também era grande a mortalidade infantil e como as fábricas precisavam de mão-de-obra, era necessário impedir tal problema, pois as crianças eram vistas como futuros operários. Como medida foi criada a ideologia da mãe cuidadora, protetora para que estas se voltassem mais para a proteção dos filhos.

A passagem da mulher que antes não se importava tanto com a questão da maternidade para uma “mulher-mãe”, dedicada à maternidade, que se sentia, totalmente, responsável pela criança que saia de seu ventre e pela educação da mesma. Isso não se deu de forma rápida. Muitas mulheres, no período da Revolução Industrial, ainda preferiam uma vida mais livre no que tange à criação de filhos. As primeiras a aderirem a tal ideologia do instinto de maternidade foram as mulheres burguesas, da classe média, que não possuíam ambições e nem pretensões de se tornarem intelectuais na época e nem tinham necessidade de trabalhar fora como muitas da classe baixa. Como diz Navarro (2007), as mulheres pertencentes à classe média, ou seja, a burguesa da época viu nessa nova ideologia a oportunidade de ascender e ser mais livres, isto é, ela deixa de ser algo exclusivo do marido para se dedicar mais amplamente ao seu filho se livrando um pouco da autoridade dele. Com isso, a mãe passa a ser autoridade máxima na casa tendo em vista que ela somente tem a obrigação de criar os filhos. Do século XVIII até a atualidade, essa ideologia da maternidade se acentuou tanto e se concretizou, fortemente, dentro da sociedade. Tanto que entre as pessoas de senso-comum não questiona-se o amor materno, pelo contrário, acredita-se que é um instinto, um amor espontâneo da mãe pelo filho. O que muitos não lembram ao longo da história é que muitas mulheres, dentro do cristianismo, optaram pela vida religiosa, pela castidade, por suprimir seu instinto de procriação e sua maternidade. Sendo assim, pode-se dizer que se há mulheres, ainda hoje, que se dedicam à vida religiosa abandonando seu direito de procriar e de ser mãe, logo, podemos também dizer que o instinto de maternidade é puramente ideológico.

Não se pode negar, de acordo com as investigações históricas e arqueológicas, que o sentimento de amor materno existe de fato, mas não em todas as mulheres, porém, em todas as épocas e sociedades sempre houve mulheres com tais sentimentos. O notório nesse fenômeno é que somente na atualidade é que tal fenômeno veio a se tornar um valor natural e favorável à espécie e à sociedade. A construção ideológica do amor materno, isto é, do instinto de maternidade, não foi motivada por uma questão humanitária, mas para amenizar o sofrimento na qual as mulheres eram submetidas junto a seus maridos autoritários e machistas. Navarro (2007) exorta que a principal causa de se implantar essa ideologia é devido à necessidade de fazer frente à nova ordem econômica quer surgia nas sociedades industrializadas, afinal era preciso que as mulheres passassem a educar as crianças para serem pessoas disciplinadas para aturem, futuramente, nas indústrias.

A mulher é promovida como mãe, na mesma medida em que declina o poder do pai. Anteriormente, se insistia na autoridade do pai, pois o que mais importava era formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse final do século XVIII, quando o rei já tinha sido executado e as fábricas proliferavam, era necessário produzir seres humanos para trabalharem e enriquecerem o Estado. A mortalidade infantil devia ser impedida a qualquer preço. A providência imediata seria salvar as crianças, futura mão-de-obra. A primeira etapa da vida que, como vimos, os pais negligenciavam, tornava-se, para a classe dirigente, uma prioridade. (NAVARRO, 2007, pg. 101)

Fazer a passagem de uma mulher, que não se dedica muito ao filho, para uma mãe protetora, afetiva, amorosa, educadora para absorver a ideologia do instinto maternal, para transformar seus filhos em futuros operários para as indústrias, houve forte influência ideológica por parte de alguns intelectuais como Rousseau em seu livro *Émile* no qual aborda a questão do cuidado das mães em relação à educação de seus filhos e seu papel no processo de transformação desse para um homem que vai atuar na sociedade e ser um futuro trabalhador. No entanto, tal processo não foi tão simples, houve resistência por parte das mulheres em aceitar de imediato esse papel de mãe educadora.

Médicos, pensadores, administradores, pedagogos e até mesmo os chefes de polícia de Lyon e de Paris repetem, incansavelmente, os mesmos argumentos para convencer as mulheres a cuidarem de seus filhos. Algumas, pouco numerosas, são receptivas a essas ideias, mas não as põem em prática. São necessárias várias décadas e muita argumentação e sermões para que as mulheres resolvam, por fim, "a cumprir seus deveres de mãe". A resistência das mulheres, de algumas, é tão grande que se apela para promessas e ameaças. Elogia-se a beleza das lactantes, a frescura de sua pele, as proporções dos seios e a aparência saudável que têm. Prometem às mães que amamentam múltiplas vantagens: não só o carinho dos filhos, mas também um apego sólido e constante de seu marido, que lhe será mais fiel e, juntos, viverão uma união mais doce. (NAVARRO, 2007, pg.102 )

A mulher se apaga, agora, em favor da boa mãe. Suas responsabilidades aumentam, não tem mais tempo livre, mas aceita sacrificar-se para que seu filho viva bem e junto a ela. Com a nova mulher surge a nova família. O pai também se adapta ao lar entre sua mulher e seus filhos. Cria-se, assim, o mito ideológico de que a mulher nasceu com instinto de maternidade. A mulher moderna, no entanto, a partir da década de 1960 começa novamente seu ritual de libertação em relação às suas obrigações domésticas e de mulher maternal e dedicada. Na atualidade, centenas de mulheres nas sociedade, em que as religiões não são tão impositivas, as mulheres podem ter seus direitos de manifestação social ainda garantidos, embora nem sempre ouvidos. Buscam, constantemente, se libertarem da ideologia de que a maternidade é um ofício feminino e sua obrigação primeira como mulher é ser mãe já que possui um “instinto nato” de maternidade. Muitas mulheres já estão optando por não terem filhos, por terem uma vida sexual ativa sem o compromisso da procriação. Tal libertação sexual, na nossa sociedade machista ainda não é bem aceita pela sociedade. Felizmente, o processo de libertação das mulheres está se tornando cada vez maior e, provavelmente, o denominado instinto de maternidade com o tempo se modificará na sociedade.

**2. IDEOLOGIA DA CULPA FEMININA DO ESTUPRO.**

A título de exemplo, não de uma pesquisa profunda sobre as penas dadas àqueles que praticavam estupro em algumas culturas antigas, vou expor somente alguns casos para comparar como hoje a pena por tal ação hedionda, em nossa sociedade brasileira, é bem mais branda em relação as sociedades antigas aqui citadas.

Na sociedade hebraica, ao menos na antiguidade, a pena era bem pesada. Na sua legislação tinha como lei a pena de morte ao homem que violasse mulher já prometida em casamento, entretanto se a mulher fosse virgem e não prometida, o autor do fato deveria pagar 50 *ciclos* de prata (aproximadamente 750g de prata) ao pai da vítima e casar com ela.

No Egito, não havia pena de morte, mas não era algo brando tendo em vista que o sujeito que cometesse tal crime tinha como pena a mutilação, ou seja, castração do estuprador. Já na Grécia, se o delito fosse praticado somente uma vez, era imposta uma simples multa, porém mais tarde a legislação foi modificada e, assim cominando na pena de morte. Algumas *pólis* tinham leis próprias, baseado nos costumes locais. Entretanto a maioria das cidades gregas seguiam essa legislação.

Ao longo da história, sempre houve penas para tais crimes, no entanto, pelo que percebemos hoje em nossa sociedade, que além da brandura das penas contra tais crimes, há uma disseminação ideológica de que a mulher é, senão a única, mas de qualquer forma a principal culpada do estupro que acontece com a mesma. Segundo pesquisas recentes do instituto IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica), cerca de 58% concordam que a mulher é, realmente, a principal causadora do estupro, isso ocorre segundo a pesquisa, pelo fato das mulheres não saberem se comportar e se vestirem, adequadamente, em sociedade.

Essa afirmação, de que a mulher comportada evitaria estupro, tem como fator ideológico a noção de que os homens, como seres instintivos, não conseguem controlar seus apetites sexuais, então, as mulheres que os provocam é que deveriam saber se comportar e não os estupradores.

A ideologia da culpa da mulher não tem precedente algum dentro da história, mesmo porque, a forma como se vestem não influenciam, categoricamente, o instinto sexual do homem. Se comparado a outros animais, vemos que na natureza nenhum animal, mesmo quando a fêmea está no cio, não a violenta, pelo contrário, há todo um cortejo do macho ou mesmo briga entre os machos para disputarem o direito de fecundar a fêmea. Se na natureza, onde a racionalidade é bem básica, não vemos tal fenômeno, logo, entre os humanos, cuja racionalidade é bem maior não deveria acontecer tal fato. Explicar o estupro numa visão puramente instintiva é um equívoco imenso.

Utilizar o argumento das roupas femininas como justificativa para o estupro é algo extremamente fora de contexto. Cito aqui o exemplo das pessoas que frequentam as praias na nossa sociedade, algumas permitem até nudismo e mesmo topless, no entanto, em meio a esse ambiente não se tem constatado, legalmente, haver estupro. Isso demonstra que a vestimenta da mulher não a qualifica como mais ou menos protegida de um estupro. Se as roupas fossem o maior argumento em favor de tal crueldade contra a mulher, diríamos que nenhuma mulher poderia ir mais à praia, pois pela forma como se vestem na mesma, estão correndo alto risco e demonstrando total aceitação de um estupro. Portanto, tal argumento é falacioso, pois tira do homem a sua responsabilidade pelo ato. Lembro aqui que, segundo algumas pesquisas, a maioria dos estupros ocorrem por pessoas conhecidas das vítimas e raramente por estranhos, isso mostra que a questão da roupa é irrelevante.

Tal ideologia vem sendo disseminada, pelo que se pode perceber, pelo fato da mulher estar cada vez consciente da sua liberdade sexual. Ainda hoje temos a cultura de que o homem pode sair e “ficar” com quantas mulheres quiser que o mesmo será chamado de “o bom”, “o garanhão”, se for a mulher que tomar tal atitude, infelizmente, a mesma terá nomes como “cachorra”, “vadia” e outros adjetivos nada delicados e compatíveis com a mulher. Esse fenômeno mostra que os homens estão cada vez mais temerosos da expansão sexual da mulher e como mecanismo de defesa, por não quererem perder sua posição de “macho provedor” usam de tais argumentos para denegrir a imagem da mulher e provocar uma volta da mulher ao sistema de submissão total.

A violência por parte do homem em relação a mulher no âmbito do estupro e mesmo da violência doméstica não é algo natural. É um problema de formação familiar, social e cultural. Ninguém nasce violento, mas torna-se violento de acordo com o ambiente no qual é educado e da forma que os pais o educam ou não educam. Na nossa cultura ainda machista se educam as crianças, ainda, como se o homem fosse sempre superior e a mulher fosse sempre a submissa, em que o homem pode namorar com todas as meninas para escolher qual é a melhor para ser sua esposa enquanto a mulher não pode namorar com vários meninos para escolher qual será seu melhor parceiro.

Afirmar que o comportamento social da mulher seja na rua, na escola, em casa, no trabalho ou qualquer outro ambiente é critério para avaliar se uma mulher é de família ou não é um fator ideológico, pois geralmente se percebe o homem afirmando ou julgando o comportamento de outra mulher não conhecida por ele ou mesmo próxima mas, que não tenha uma relação social relevante, no entanto, quando se trata de mulheres da sua própria família que possui comportamento semelhantes daquelas que ele julga como comportamento “inadequado”, geralmente, encontra uma justificativa para respaldar as mulheres da sua família, pois sua tendência é sempre proteger as da família e julgar, erroneamente, as outras.

Cabe aqui lembrar, também, que o machismo não acontece somente com os homens, infelizmente, devido à educação dualista e preconceituosa que ainda vigora na sociedade, muitas mulheres também estão imersas na ideologia machista e aceitam, com naturalidade, a posição de que a mulher seja a principal culpada pelo estupro que sofre.

Se a nossa sociedade parasse e analisasse bem a cultura indígena, no nosso país, poderiam aprender muito sobre o respeito para com a mulher. Não afirmo que não há estupro dentro da sociedade indígena, no entanto, não temos relatos sobre sobre tais ações. Além disso, na maioria das sociedades indígenas, as mulheres, assim como os homens, andam seminuas e há entre eles um respeito enorme pelo corpo do outro, portanto, utilizar o argumento da roupa ou do comportamento da mulher como justificativa para o estupro é de uma imbecilidade enorme.

3. IDEOLOGIA DA INFERIORIDADE DA MULHER NO TRABALHO.

Quando se fala da mulher, no mundo do trabalho, sempre há aqueles, induzidos por ideologias preconceituosas e machista, dizendo ser a mulher um ser frágil e incapaz de realizar determinadas tarefas feitas por homens tais como trabalhos em construções e outros ditos pesados. Voltando aos primórdios da historia da humanidade, de acordo com as pesquisas arqueológicas temos no período anterior à divisão social do trabalho, que ambos exerciam tarefas semelhantes. Após a divisão social do trabalho as mulheres tiveram afazeres diferentes dos homens, porém não significa que tais afazeres eram inferiores, ou seja, trabalhos diferentes não significam inferioridade, afinal, ser engenheiro mecânico e ser professor são trabalhos diferentes e não um inferior ao outro. Pelos relatos históricos vemos que a mulher se dedicava a agricultura, enquanto os homens se dedicavam a caça. Do ponto de vista da força que se usa para executar tais atividades, podemos afirmar que a agricultura, especialmente naquela época que não tinha nenhum recurso tecnológico do ponto de vista atual que as ajudasse no processo de cultivo dos alimentos, sendo assim, homem e mulher eram iguais no processo de coleta dos alimentos. A dificuldade de se trabalhar a terra era imensa, era penoso e ainda o é em muitas regiões do mundo, onde as mulheres ainda atuam como operárias da agricultura, apenas usando ferramentas básicas como uma enxada e uma foice para exercer sua função de cultivadora da terra. Caçar animais, trabalho exercido geralmente pelo homem, não se pode negar que é um trabalho perigoso, mas não significa que a mulher não possa fazê-lo, mesmo porque a agricultura também oferecia seus riscos de morte para aquelas que estavam cultivando. Já do ponto de vista do esforço, podemos ver que a caça não é tão mais difícil e árdua quanto a agricultura, portanto, em termos de força bruta para executar tal trabalho o homem não fazia tão grande esforço. Como caçavam, geralmente, em bando, o esforço físico para levar a caça para casa era dividido entre eles, assim como também as mulheres que dividiam suas tarefas para levar as colheitas para casa. Tal poder de controle sobre a provisão dos alimentos significou muito mais que confiar simplesmente na fertilidade da natureza. Para a mulher, significou principalmente entregar-se a seu trabalho, à experiência, às suas capacidades de inventar e inovar. As mulheres tiveram que descobrir todos os métodos particulares de cultivo adaptados a cada espécie de planta ou semente. Tiveram que aprender as técnicas da colheita, da limpeza do grão, da moenda etc., e inventar todos os utensílios adequados para cultivar o terreno, recolher e guardar a colheita, e, finalmente, transformá-la em comida. Com exceção da divisão de trabalho na busca de alimentos, não existia entre os sexos nenhuma outra diferença, nem nas formas mais elevadas de produção, pela simples razão de que toda atividade industrial na sociedade estava nas mãos das mulheres. Por exemplo, o ato de cozinhar não deve ser entendido como nós o entendemos na família moderna. Cozinhar era somente uma das técnicas que as mulheres adquiriram como o resultado do descobrimento, uso do fogo e da capacidade de utilizar o calor.

Tendo em vista esse fator histórico, a mulher atual foi discriminada, excluída da sociedade laboral junto ao homem para ser prisioneira da sua casa com a função apenas de cuidar dessa e dos filhos, fato que ainda há grande aceitação ideológica por parte de muitas delas. Sabemos, que no entanto, hoje devido ao conhecimento da biologia humana que as mulheres, embora tenha suas diferenças biológicas em relação ao homem não significa que ela seja inferior. Há, na verdade, uma ideologia na qual se coloca a diferença biológica como se fosse uma relação de inferioridade. O homem se esquece que entre os machos há também diferenças no que tange à força. Muitos homens são capazes, devido ao treinamento ou mesmo pelo seu biótipo ter mais força que outro homem, o que não significa que um é tratado como inferior ao outro. Também temos exemplos de mulheres, devido ao seu biótipo e mesmo treinamento constante, são mais velozes, possuem mais força, mais destreza que muitos homens e nem por isso tais homens são vistos como inferiores ou afeminados pelo fato de não possuírem determinada força.

O que se percebe, na verdade, é a falta de uma análise mais profunda das concepções ideológicas que manipulam a sociedade levando homens e mulheres a aceitarem um a inferioridade do outro por este ser homem e outro mulher. Atualmente, temos mulheres exercendo funções tanto utilizando força física como força intelectual e demonstrando serem capazes tanto quanto os homens de exercerem tais atividades. O fator aqui é, muitas vezes, uma visão religiosa tradicional que finferioriza a mulher na sociedade e na sua capacidade laboral e intelectual.

4 A RELIGIÃO COMO IDEOLOGIA OPRESSORA DA MULHER.

De cultuadas a bruxas, de deusas a endemoniadas. Essa é a visão que se teve da mulher dentro das religiões ao longo de milênios. De acordo com a história das sociedades, nos primórdios da humanidade a mulher, devido a sua fertilidade, do fato do não conhecimento da participação masculina no processo de procriação, as mulheres eram vistas como seres divinos. Criou-se na antiguidade cultos a deusas, nesse período as mulheres eram respeitadas e as sociedades eram matriarcais. Segundo Navarro (2007) na era anterior ao paleolítico as sociedades eram igualitárias devido a forma como as mulheres comandavam e organizavam a sociedade. Elas eram respeitadas dentro desse contexto religioso feminino. Tal fenômeno não teve muita duração, com o advento das religiões patriarcais, em que se substituíram as deusas pelos deuses, em quee o homem passou a ser considerado o ser “divino”. A figura feminina, mesmo as divindades femininas, passaram a segundo plano, tornaram-se submissas aos homens, e as deusas perderam seus status passando obedecer aos deuses.

Com o surgimento das religiões monoteístas, as mulheres foram inferiorizadas dentro do contexto religioso. No judaísmo, no cristianismo, no Islamismo, percebe-se o quão submissa as mulheres tiveram que se tornar. Em alguns períodos históricos dessas religiões as mulheres foram cruelmente discriminadas, rebaixadas, desprestigiadas e subjugadas. A razão para tal discriminação ainda não é totalmente clara segundo alguns estudiosos, mas uma possível explicação para tal fato seria que as mulheres eram excluídas das atividades culturais e religiosas em virtude da então prevalecente ideia da inferioridade biológica da mulher, da sua capacidade intelectual ser considerada inferior à do homem. Com isso a mulher passou a ser vista como ser inferior, culturalmente. Elas eram vistas assim em virtudes de questões biológicas como a menstruação, gravidez, a procriação e a amamentação. Em vista disso, seu papel ficou reduzido somente a criação dos filhos e manutenção do lar. As religiões patriarcais acabaram por reduzir o papel da mulher ao de dona de casa e seu papel anterior como sacerdotisas e como cuidadoras de templos como ocorria em sociedades antigas e matriarcais foram extintos. No período medieval se percebe bem a diminuição do papel da mulher nas religiões patriarcais, ela além de serem vistas como seres inferiores, úteis apenas para a procriação e manutenção da espécie, tinha apenas como oficio o trabalho doméstico e o trabalho na agricultura. Algumas se destacavam na área da medicina e no uso de plantas medicinais para curar algumas doenças. No entanto, com o passar dos anos, aquelas que desenvolveram a alquimia, que melhoraram seu conhecimento no uso de plantas medicinais, adquiriram prestígio e reconhecimento da comunidade onde viviam acabaram por serem consideradas bruxas e como fim a fogueira. No que tange à liberdade sexual na época, não havia nenhuma, não podiam escolher os maridos, não podiam escolher quando tinham suas relações sexuais, não podiam escolher qualquer posição sexual que lhe agradassem, pois a religião determinava como era a relação sexual entre homem e mulher. Somente aquelas excluídas da sociedade, que viviam em prostíbulos, é que tinham liberdade sexual. Apesar de serem muito procuradas pelos homens da sociedade da época e, inclusive por membros da Igreja como sacerdotes, não eram bem vista pela sociedade e não podiam andar em meio às mulheres ditas de “família”.

No século VI, com o surgimento do Islamismo, a condição da mulher não modificou muito. Nessa religião, seu papel como mulher é somente ter seu domínio de casa, onde ela tem a iniciativa, mas ela tem que considerar o marido como o responsável pelso assuntos gerais da família. Segundo a tradição islâmica a mulher ideal é aquela esposa que quando você a olha sente-se feliz, quando você pede algo ela obedece, ela protege seus direitos e guarda sua castidade quando o marido está ausente. Na atualidade ainda não há significativa modificação do papel da mulher na religião islâmica.

Tal visão da participação da mulher nas religiões vem mudando em alguns aspectos, no entanto, em religiões como islamismo, judaísmo e mesmo em ramificações do cristianismo, em que se procura voltar a um tradicionalismo religioso, a mulher ainda é vista como inferior. Por outro lado, diferentemente das religiões de tradições antigas, algumas religiões modernas e mesmo alguns ramos do cristianismo a mulher tem tido um papel melhor. Em relação a isso afirma Botenho.

Por outro lado, diferente das antigas tradições religiosas, nos Novos Movimentos Religiosos, a mulher recebeu maior valorização e tratamento mais igualitário, com o rompimento de muitos antigos preconceitos, sob influência da ‘primeira onda’ do movimento feminista do século XIX. Um traço inovador nos Novos Movimentos Religiosos foi a ascensão da mulher à proeminência dentro do ofício religioso a partir do século XIX, até então uma tarefa predominantemente masculina, com o surgimento das primeiras fundadoras, líderes, pregadoras, instrutoras, intérpretes e até mesmo daquelas que se declaravam teólogas, o que representou o rompimento de um antigo e infundado tabu. Pois, antes deste período inicial de conquistas sociais, qualquer mulher que se atrevesse nestas atividades era considerada uma bruxa. Destacaram-se naquele e no início do século seguinte: Helena P. Blavatsky (1831-91), fundadora da Sociedade Teosófica, que depois foi presidido. (BOTELHO, 2014)

Apesar desse avanço na abertura das religiões para as mulheres, infelizmente, quando olhamos para a nossa sociedade, vemos que há muita discriminação em relação ao papel feminino dentro das religiões e limitações de seus direitos como pessoa dentro da sociedade. No contexto político atual do Brasil temos um claro exemplo desse machismo religioso com a denominada “bancada evangélica” que busca de várias formas de conter o avanço da mulher dentro do seio da política, da economia, da liberdade sexual e da educação dos filhos. Em função de uma ideologia religiosa machista, muitos líderes religiosos ainda continuam manipulando, ideologicamente, as mulheres de forma que as façam aceitar o papel de submissão a seu marido como se isso fosse uma ordem natural e um desejo divino pautado apenas em ideologias escritas em seus livros sagrados. Tal manipulação ainda ocorre em vista, muitas vezes, por questões econômicas tendo em vista que as mulheres mais submissas em relação ao homem, por causa da religião no Brasil, acontece entre aquelas que são mais pobres e possuem baixos salários. Por conta desse aspecto econômico, isto é, da necessidade de se manterem, de terem uma vida social um pouco melhor, muitas acabam aceitando, sobre pretexto religioso, a submissão ao marido. Aliado a esse aspecto tem-se o fator acadêmico, mulheres com pouca ou nenhuma escolaridade, por serem analfabetas totalmente ou funcionais, acabam por aceitar a religião como mecanismo para melhorar sua vida social e esperar em Deus todos os benefícios que possam ganhar sendo fieis à sua religião e ao que seus líderes religiosos pregam e aos maridos que as manipulam via religião.

REFERÊNCIAS

**BADINTER**, Elizabeth. *Um amor conquistado* — *O mito do amor materno.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_\_. *Um é o outro.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_\_. *XY — Sobre a identidade masculina.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

Lins, Regina Navarro, 1948-

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1997.

BRAZELTON, T. Berry. **As primeiras relações**. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

BRIDA, Gláucia Valéria Pinheiro. **Um estudo psicanalítico da condição feminina da gestação**. 2000.55f. Monografia (especialização em Psicanálise e civilização) – Universidade Estadual de Maringá. 2000.

GRANATO, Tânia M. Marques; AIELLO-VAISBERG, Tânia M. José. **Ser e fazer na maternidade contemporânea**. Estudos de Psicologia. PUC-Campinas. 2003. Vol.20, n.2. Maio\Agosto, p.71-76.

HRDY, Sarah Blaffer. **Mãe natureza:**uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Rio de Janeiro. Campos, 2001.

KOLBENSCHLAG, Madonna. **Adeus, bela adormecida**: a revisão do papel da mulher nos dias de hoje. 2ed. São Paulo. Saraiva, 1991.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia cientifica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco,1999.

MONDARDO, Agilize Hausochild; VALENTINA, Dóris Della. **Psicoterapia infantil:**Ilustrando a importância do vínculo materno para o desenvolvimento da criança**.**Psicologia Reflexão e Crítica. Porto Alegre. 1998, Vol.11, n 3, p.621-630.

MOURA, Solange M. S. Rolim; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. Psicologia: ciência e profissão\Conselho Federal de Psicologia. Ano 24. N 1. Brasília. DF. 2004.p.45-55.

MULLER, Mary Stela. **Normas e padrões para teses, dissertações e**monografias. 5 ed. Londrina: Eduel, 2003

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos ventos, 2000.1O ed.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Casais e famílias:**Uma visão contemporânea. Porto Alegre. Artmed, 2002.

PHILIPPE, Áries. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro. LTC. 1981.

PIRES, Hugo. **Modelo de relatório científico**. da dissertação de graduação e trabalho de conclusão de curso.Cesumar. Maringá.

RIBEIRO, Carmem Sylvia. **A influência dos transtornos afetivos do puerpério sobre a relação mãe – filho e o recém – nascido.**Sociedade Paulista de psiquiatria clinica. 2002. Disponível em: < http://www.sppc.med.br/mulher.html >. Acesso em 10 mar. 2005.

WINNICOTT, Donald W. **Os bebês e suas mães.**2 ed. São Paulo. Martins Fontes,1999.

WILHEIM, Joanna. **Psiquismo pré e perinatal**. In. CARON, Nara Amália. A relação pais – bebê: da observação a clinica. São Paulo. Casa do psicólogo. 2000.p.135-177.